

Elsa Rosa Marques Lino
 Márcio Simão dos Santos Miranda
 Filipa Alexandra Sobral da Silva
 Eduardo Abrantes Galucho
 Célia Maria Caracinha Bento Coxilha Picareta
 Maria Emília da Silva Lopes
 Sandra Maria da Cruz Baião
 Maria Madalena Sousa Rodrigues

Mais se torna público que a assistente operacional Maria da Graça Rodrigues Cardoso Simões não concluiu o período experimental, precedido do procedimento concursal acima referido, por ter apresentado a sua pretensão de desistir da ocupação do posto de trabalho na área profissional de empregado de mesa, regressando à situação jurídico funcional que detinha anteriormente, com efeitos a 26 de março de 2018.

2 de julho de 2018. — O Diretor, *Major-General Eurico Fernando Justino Craveiro*.

311488899

Despacho n.º 6839/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (adiante designada LTFP), torna-se público que se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Assistente Operacional Luís Carlos Ramos Rosa, do mapa de pessoal do Exército, por ter, com o seu acordo, consolidado a mobilidade na categoria no mapa de pessoal da Força Aérea, nos termos da conjugação do artigo 99.º e alínea b), do n.º 1, do artigo 96.º da LTFP, com efeitos a partir de 01 de abril de 2018, ficando posicionado na segunda posição remuneratória da categoria.

15 de junho de 2018. — O Diretor Major-General, *Eurico Fernando Justino Craveiro*.

311488785

Despacho n.º 6840/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (adiante designada LTFP), torna-se público que se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Assistente Técnico Elsa Cristina de Almeida Sousa, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, por ter, com o seu acordo, consolidado a mobilidade na categoria no mapa de pessoal da Força Aérea, nos termos da conjugação do artigo 99.º e alínea b), do n.º 1, do artigo 96.º da LTFP, com efeitos a partir de 01 de maio de 2018, ficando posicionada na terceira posição remuneratória da categoria com a aplicação do n.º 8 do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

5 de julho de 2018. — O Diretor Major-General, *Eurico Fernando Justino Craveiro*.

311488817

DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

Gabinetes dos Secretários de Estado da Defesa Nacional e do Ambiente

Portaria n.º 381/2018

O prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa (Algarve) sob o n.º 306/19870619 e inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro sob o artigo n.º 223, sito na Praia do Carvoeiro, concelho de Lagoa (Algarve), encontra-se atualmente inscrito a favor de João Carlos Amaral Correia Pires, Jorge Manuel Amaral Correia Pires e Maria da Graça Amaral Correia Pires que, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada e republicada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, vieram requer a delimitação do domínio público hídrico na confrontação com esse prédio, conforme

processo que corre termos na Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., sob o n.º DLPC.DOV.00137.2015.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, importa proceder à nomeação da comissão de delimitação.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação, e alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, e ao abrigo das competências delegadas pelo Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho n.º 971/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016 e das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Despacho n.º 7590/2017, de 18 de agosto de 2017, na redação dada pelo Despacho n.º 8720/2017, de 21 de setembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 3 de outubro de 2017, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e pelo Secretário de Estado do Ambiente, o seguinte:

Artigo 1.º

Constituição da comissão de delimitação

É constituída a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com o prédio urbano sito na Praia do Carvoeiro, União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, concelho de Lagoa, no Algarve, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa com o n.º 306/19870619, com a seguinte composição:

- Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que preside;
- Um representante do Ministério da Defesa Nacional;
- Um representante dos requerentes.

Artigo 2.º

Auto de delimitação

1 — O auto de delimitação que vier a ser elaborado pela comissão de delimitação obedece ao disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

2 — O auto de delimitação a que se refere o número anterior e a planta de delimitação a ele anexa devem ser remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para prosseguimento do processo, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

2 de julho de 2018. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcelos*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

311500188

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 9519/2018

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 2 postos de trabalho, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Administração Interna (SGAI) — carreira geral de técnico superior.

1 — Fundamento e legislação aplicável — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º e nos artigos 33.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (adiante designada por Portaria), faz-se público que por despacho do Secretário-Geral de 12 de maio de 2018 se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento, para o preenchimento de 2 postos de trabalho constantes do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, para a Divisão de Património e Planeamento de Instalações da Direção de Serviços de Património e Planeamento de Instalações (DSPPI/DPPI), na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1.1 — Ao presente procedimento concursal é aplicável a tramitação prevista nos artigos 37.º e 38.º da LTFP e Capítulo III da Portaria.

1.2 — Reserva de recrutamento e consulta prévia — Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria, declara-se não estarem